

Antônio de Morais Silva (1757-1824)

Ronaldo Menegaz*

Antônio de Morais Silva, o pai da lexicografia brasileira, nasceu no Rio de Janeiro na rua do Padre Pedro Homem da Costa, hoje Ouvidor, em 1º de agosto de 1757, e morreu em Pernambuco, no seu sítio de Muribeca, em 11 de abril de 1824. Fez seus preparatórios no Rio de Janeiro, aprendendo Gramática com seu tio paterno, o padre Rodrigues de Carvalho; estudou Filosofia, com os frades de São Bento e do Carmo. Ao chegar a Coimbra, sua pronúncia do português do Rio de Janeiro provocou algumas zombarias por parte de seus colegas portugueses, o que o predispôs a querer ampliar seus conhecimentos de língua, tanto na área da lexicografia quanto na da gramática, e o levou a deixar registrada sua mágoa no Prólogo da primeira edição do *Dicionário*:

A ignorância, em que me achava das coisas da Pátria, fez que lançasse mão dos nossos bons Autores, para neles me instruir, e por seu auxílio me tirar da vergonha que tal negligência deve causar a todo homem ingênuo. Apliquei-me, pois, à lição deles e sucedia-me isto em terra estranha, onde me levaram trabalhos, desconhecido, sem recomendação, e marcado com o ferrete das desgraças, origem de ludíbrios e vitupérios, com que se afoitam aos infelizes as almas triviais.

Estudou Direito na Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel. Sacramento Blake. No entanto, afirma que Morais Silva não chegou a se formar, pois no ano em que devia receber o grau, foi barrado por uma acusação apresentada contra ele no temível Tribunal da Santa Inquisição. Ora, José Pedro Machado nas “Notas Biográficas” que precedem a 10ª edição do Dicionário narra que houve a outorga do grau de bacharel *in utroque jure* (em Direito Civil e Canônico) e que comemorar essa vitória, tinha sido programada uma ceia, mas lembrando-se os amigos de que era dia de jejum e abstinência, concordaram em iniciar a comemoração depois da meia-noite; jovens que eram e, portanto, afoitos e incontidos, iniciaram a tal ceia um quarto de hora antes, o que chegou aos ouvidos sempre atentos da Inquisição.

* Lexicógrafo da Academia Brasileira de Letras. Doutor em Letras, com ênfase em Literaturas Vernáculas.

Mas o que parece ter acontecido, além da antecipação da ceia comemorativa, foi a denúncia que fez perante o Tribunal de Coimbra o estudante de Geometria, Francisco Cândido Chaves, segundo o qual, na república onde morava o brasileiro com outros colegas de sua terra, de Lisboa e do Funchal, comia-se carne pela Quaresma, discutiam-se coisas de religião e citavam-se autores como Voltaire e Rousseau, este chamado pelos estudantes de “profundíssimo filósofo”. Outras denúncias se seguiram, até que a 20 de julho de 1779, o Conselho Gral da Inquisição ordenou a prisão de Antônio Morais Silva. O iminente perigo a que estava sujeito levou-o a fugir para Lisboa, escondido num carro de feno, e lá, graças aos bons ofícios de amigos, conseguiu embarcar para a Inglaterra. Levava recomendações que lhe valeram junto ao General Luís Pinto de Sousa Coutinho, futuro conde de Balsemão, que era, na época, Embaixador de Portugal junto à corte inglesa. A proteção do embaixador, que aliava as qualidades de bom diplomata a um espírito libertário, valeu-lhe o cargo de secretário particular da Embaixada. Na Inglaterra, segundo o mesmo Sacramento Blake, compôs seu *Dicionário da Língua Portuguesa*, compulsando a “mui escolhida e copiosa livreria” do embaixador “benemérito da Pátria e da Humanidade”. Cercado de bons livros, longe da Inquisição, sob forte proteção, lançou-se Morais ao estudo das línguas e literaturas inglesa, francesa e alemã. Traduziu do inglês uma *História de Portugal* escrita por um grupo de homens de letras, fazendo do mesmo texto também uma versão francesa. Foi impressa em 1778 e chegou a 3ª edição. Traduziu com o título português de *Recreações do homem sensível* um interessante livro de Arnaud, que, logo publicado, teve 2ª edição em 1821. Foi de Londres para Roma, provavelmente a convite de Antônio Pereira de Sousa Caldas, já ordenado padre e gozando da amizade de Pio VII e da consideração da corte papal. Em Roma buscou um indulto da Inquisição para poder voltar a Portugal, mas foi-lhe muito oportuno seguir antes para a França no séqüito do Núncio Apostólico designado para a corte de Luís XVI. Era, então, Ministro de Portugal junto à corte francesa D. Vicente de Sousa Coutinho, parente daquele Sousa Coutinho que lhe tinha valido em Londres. Foi-lhe, então, confiado em Paris o posto de Secretário da Embaixada de Portugal. Nessa capital, encontrou outro velho amigo dos tempos de estudante em Coimbra, o poeta Francisco Manuel do Nascimento, o Filinto Elísio, da Arcádia, em difícil situação financeira. Morais valendo-se de sua boa posição na Embaixada, prestou-lhe todo o auxílio de que precisava.

Ainda na França aproveitando o tempo para complementar seus estudos literários e filológicos, consegue obter o indulto da Santa Inquisição para voltar a Portugal, seguindo então para Lisboa, onde se casou. Acompanhou a

família do sogro, oficial superior do exército, designado para missão oficial em Pernambuco. Desta província, passou à Bahia, para exercer o cargo de juiz de fora. Tendo-se desentendido com o chanceler da relação da Bahia, abandonou a magistratura e voltou para Pernambuco, indo viver em seu engenho de Muribeca. Exerceu ainda o cargo de capitão-mor e foi agraciado como cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em Pernambuco era notória a insatisfação gerada pelos altos encargos da Província, sobretudo comparativamente aos benefícios que o Rio de Janeiro obtinha, então, por se ter tornado, desde 1807, a sede da Corte. No começo de 1817 iniciou-se em Recife uma rebelião de caráter nativista, em que estavam comprometidos representantes do clero, militares e a maçonaria. Os revoltosos, sob a liderança de Domingos José Martins, estabeleceram uma junta governativa e um conselho, para o qual foi aclamado o nome de Antônio de Morais Silva. O lexicógrafo e senhor de engenho pediu que o dispensassem da honra por não querer tomar parte em movimentos políticos.

Afastado inteiramente de qualquer aspiração política, tendo deixado até o comando das ordenanças de Muribeca, faleceu o ilustre lexicógrafo em seu retiro de Muribeca, cercado de prestígio e da admiração de seus contemporâneos.

Bibliografia ativa

Dicionário de Língua Portuguesa Composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por António de Morais Silva, natural do Rio de Janeiro... Lisboa, na Oficina de Simão Tadeu Ferreira. Ano de MDCCLXXXIX [1789]. Com licença da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Vende-se na loja de Borel Borel e Companhia... (2 vol.: I A-K, 749 p.; II L-Z, 541 p.).

Nesta primeira edição, Morais não se dá como autor, mas como se estivesse oferecendo uma reedição atualizada e reduzida dos dez volumes do Dicionário de Bluteau.

Dicionário da língua portuguesa recopilado dos vocábulos impressos até agora, e nesta *segunda edição novamente emendado e muito acrescentado por...* Lisboa, 1813. (2 vol. I A-E; II 806 p.; F-Z 872 p.)

Só nesta segunda edição Morais assume a autoria, sem fazer referência alguma ao Padre Bluteau. Sabe-se que, mesmo na primeira edição, a autoria de Morais é incontestável. O *Dicionário* de Morais é obra bastante distinta da de

Bluteau, concebida de modo diverso, com objetivos e tratamento dos lemas muito diferentes. Sobre a segunda edição do *Dicionário* é oportuno ler o que escreve Telmo Verdelho na *História do saber lexical*, p. 27:

Estamos perante o primeiro dicionário moderno da lexicografia portuguesa. M. Silva elimina um pouco mais de um quarto das entradas de Bluteau, correspondentes à nomenclatura enciclopédica, onomástica e histórica do grande Vocabulário, e acrescenta aproximadamente um terço de entradas (cerca de 22.000) inteiramente novas, recolhidas em autores “portugueses castiços e de bom século pela maior parte”, configurando assim, no espaço lingüístico português, um modelo de dicionário de língua autorizado, com exclusão da informação bilíngüe e da informação histórica e enciclopédica em geral.

Em 1823 teve o *Dicionário* sua 3ª edição, ampliada com a inclusão de 5000 para 6000 novos lemas.

A 4ª edição, de 1831, já depois da morte do dicionarista em 1824, recolhe material colhido pelo autor, no “sertão de Pernambuco” e foi organizada por Teotônio José de Oliveira Velho. Sobre a quarta edição do Moraes (nome já agora transformado numa antonomásia para designar dicionário), escreve Gladstone Chaves de Melo em seu *Dicionários Portugueses*:

Tenho como a melhor esta quarta edição do Moraes, de 1831, dado que reúne o material colhido pelo autor até o fim da vida e dado que foi feita com critério e carinho por Teotônio Velho. À quarta outras se seguiram, que se desviaram do plano primitivo e já não se recomendam pelo cuidado dos editores, sendo, porém, de notar que a sétima, de 1877, é bastante apreciada.

Desde a primeira edição precede o *Dicionário* um *Epítome da Gramática Portuguesa* com conceitos e preceitos já inteiramente ultrapassados em nossos dias. O que dá ao *Dicionário de Moraes* um imorredouro valor, a mais de seu mérito intrínseco no tratamento e na escolha de sua nominata, é, sem dúvida, a rica abonação tirada dos “portugueses castiços e de bom século”.

A quinta edição, segundo Sacramento Blake, “foi notavelmente alterada, e com grande número de artigos fornecidos pelo Padre Antonio de Castro, mas soffreu mutilações e exclusões de muitos artigos do autor para serem substituídos por outros.” É de 1844 em 2 volumes.

A sexta edição, de 1858, esteve a cargo de Agostinho de Mendonça Falcão.

Sobre a sétima edição, de 1877- 1778, que Gladstone Chaves de Melo diz ser “bastante apreciada” Sacramento Blake informa ser uma edição “melhorada e muito accrescentada com grande numero de termos novos, usados no Brazil e no português da Índia.”

Na décima edição, embora o nome António de Morais Silva encime a página-de-rostto, muito pouco há de Morais e de seu critério lexicográfico. Ampliada, ostenta o nome: *Grande Dicionário da Língua Portuguesa 10ª Edição revista, Corrigida Muito Aumentada e Actualizada...* Por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado (12 volumes). 1949–59. O 12º volume reedita o *Epítome de Gramática Portuguesa*.

Bibliografia

- MACHADO, José Pedro. “António de Morais Silva Notas Biográficas” In: MORENO, Augusto, CARDOSO
- JÚNIOR & MACHADO, Pedro. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1949.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Dicionários Portugueses*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro pelo Doutor...* Primeiro Volume. Rio de janeiro: Typographia Nacional, 1883.
- VERDELHO, Telmo “Dicionários Portugueses, breve história” NUNES, José Horta & PETTER, Margarida. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas FFLCH / USP, 2002.